

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ

APOSTILAMENTO

O Diretor de Administração, usando das atribuições delegadas pelo Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em sessão ordinária, através da Ata nº 2.012, de 27 de fevereiro de 2007, REGISTRA, de acordo com o § 8º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, o APOSTILAMENTO para inclusão da dotação orçamentária do seguinte contrato:

CONTRATO Nº	FONTE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	VALOR
001/2016	0101	03101.01.122.1454.8559-339039.79	R\$ 3.717.702,00

Belém, 29 de janeiro de 2018.
ITAMAR SOARES DE AZEVEDO NETO
Diretor de Administração / TCM-PA

Protocolo: 273813

OUTRAS MATÉRIAS

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2017 RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	139.156.732,49	0,00
Pessoal Ativo	114.711.787,25	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.444.945,24	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS COM IRRF (Resolução TCE nº 16.679/03) (II)	21.039.405,40	0,00
Imposto de Renda Retido na Fonte	21.039.405,40	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.729.355,62	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.456,39	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.386.572,23	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.332.327,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	98.387.971,47	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.017.134.313,51	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art. 166 da CF)	1.247.979,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.015.886.333,71	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	98.387.971,47	0,55
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	117.103.261,17	0,65
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	111.248.098,11	0,62
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	105.392.935,05	0,58
FONTE: SIAFEM, Divisão de Recursos Financeiros, 26/jan/2018, às 14h.		

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: A despesa com Pessoal, obedece a Resolução nº 16.769/03 do TCE.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro Presidente
EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças
KLEBER MESQUITA DOS SANTOS
Controle Interno

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea “a”) R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.553.560,19					4.533.560,19		
0101002512 - Folha Inativo/Pensionista	1.180.673,18					1.180.673,18		
0106000000 - Rec. Prov. de Transf. - Convênio	974,51					974,51		
0112000000 - Receita Patrimonial - Outros Poderes	961.868,37					961.868,37		
0301002512 - Folha Inativo/Pensionista	440.177,19					440.177,19		
0306000000 - Receita Prov. de Transferências - Convênio	5.596,57					5.596,57		
0312000000 - Receita Patrimonial - Outros Poderes	224.034,53					224.034,53		
0654006914 - Lei Complementar 115/2017	217.107,47					217.107,47		
0175000000 - Fundo de Modernização e Reaparelhamento	270.060,04					270.060,04		
0375000000 - Fundo de Modernização e Reaparelhamento	974.831,62					974.831,62		
0112000000 - Fundo de Modernização e Reaparelhamento	258.236,71					258.236,71		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.343.390,75		163.991,26			7.179.399,49		
010100000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.669.881,70		163.991,26			6.505.890,44		
03010000000 - FOLHA INATIVO/PENSION. OUTROS	673.509,05					673.509,05		
TOTAL (III) = (I + II)	11.876.950,94		163.991,26			11.712.959,68		

FONTE: SIAFEM, Divisão de Recursos Financeiros, 26/jan/2018, às 14h.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro Presidente
EVERALDO RAMOS PINHEIRO
Diretor de Orçamento e Finanças
KLEBER MESQUITA DOS SANTOS
Controle Interno